



CONTRATO Nº/2023
PAD 05089/2023

ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA, que entre si fazem o TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o **Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA n.º /2023** (art. 75, inc. I), regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em -, situada na Rua, nº....., Bairro, CEP, e-mail:, telefone, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar serviços comuns de engenharia para execução da impermeabilização da cobertura do Fórum Eleitoral de Colombo/PR.

1.2. A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no aviso de Dispensa de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3. De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021 inciso XXIX, a prestação dos serviços de reforma, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. Local da prestação dos serviços: Fórum Eleitoral de Colombo, Rua Padre Francisco Camargo, 759 - Colombo - PR.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

- I . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, aviso de dispensa de licitação e seus anexos e deste instrumento contratual;
- II. Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;
- III. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;
- IV. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1.** As obrigações e responsabilidades da contratada bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.
- 4.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na contratação direta.
- 4.3.** Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

- 5.1.** O presente contrato vigorará pelo período **de 03 (três) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser extinto nos termos da Lei, ou prorrogado desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo art 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 5.2.** O prazo de execução dos serviços será **de até 01 (um) mês**, contados a partir do 5º (quinto) dia útil da assinatura do contrato para o início dos serviços, registrada em ata de reunião inicial entre a fiscalização e a CONTRATADA e na qual será apresentado o cronograma físico-financeiro pela empresa e aprovado pela equipe de fiscalização.
- 5.2.1.** Caso exista solicitação de suspensão do contrato, a pedido da fiscalização, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo mesmo período da suspensão, devendo ser formalizado por simples apostila.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

- 6.1.** A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho: 203893; Elemento de despesa: 33.90.39.16; Notas de Empenho , emitidas em; Categoria econômica: Custeio; Código SIASG: 1600

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** (.....), de acordo com o cronograma físico-financeiro e proposta de preços detalhada, os quais fazem parte integrante deste contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

7.1.2. A forma de pagamento será realizada após medições realizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro, o recebimento definitivo e final dos serviços sem qualquer pendência.

7.1.3. Salvo autorização da fiscalização, não serão pagas execuções de etapas posteriores do cronograma físico financeiro sem a conclusão de etapa anterior.

7.1.4. O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.2. Do documento fiscal:

7.2.1. A nota fiscal deve ser enviada para o email sop@tre-pr.jus.br. Após o envio a empresadeve confirmar o recebimento via telefone, ou outro meio que ateste o recebimento do email.

7.2.2. O CNPJ da empresa habilitada na contratação direta deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.3. Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente amateriais;
- f. Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valortotal da nota fiscal;
- g. Número do contrato e,
- h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própriacontratada).

7.2.4. Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

7.2.4.1. Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia porTempo de Serviço, Justiça do Trabalho, Documento de Arrecadação de Receitas Federais, o relatório da declaração completa - DCTFWeb, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

7.2.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

7.2.6.1. Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

7.2.6.2. Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

7.2.7. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.2.8. O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

7.3. Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4. Da regularidade fiscal:

7.4.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.2. A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.3. Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste instrumento e/ou anexo(s).

7.4.4. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.5. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da

data do orçamento estimado, ocorrido em 07/08/2023¹.

8.2. Se decorrido o interregno de um ano da data do orçamento, e desde que haja solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1. DA GRADUAÇÃO DAS SANÇÕES: Situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades, podendo serem graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE e GRAVÍSSIMA de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV – gravíssima: Inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recai em Extinção Contratual.

10.2.2. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não

¹ Doc. pad nº 255128/2023

se justificar a imposição de penalidade mais grave.

a.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em refazer os serviços nas especificações;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento;
5	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	b.1. Multa moratória, limitada a 10 (dez) dias, quando não houver entrega, injustificadamente, de qualquer documentação prevista em ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre no início da execução do contrato, ou qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal.	0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da respectiva etapa, definida pelo cronograma físico-financeiro.
	b.1.1. Multa moratória após 10 (dez) dias de atraso.	10% (dez por cento) sobre o valor total da respectiva etapa.
	b.2 Multa moratória em razão de: I. Atraso injustificado no início da execução, superior a 10 (dez) dias do comunicado do gestor. II. atraso injustificado na execução do cronograma físico-financeiro, considerando o prazo para a etapa pertinente; III. atraso injustificado na entrega do objeto – no término da última etapa.	1% (um por cento) ao dia sobre o valor da respectiva etapa, limitada a 10 (dez) dias.
	b.2.1. Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea b.2 e incisos.	15% (quinze por cento) sobre o valor remanescente do contrato.
GRAVE	b.3 – Multa compensatória, nos seguintes casos: I - Não utilização dos EPI's obrigatórios, por trabalhador, além da retirada do mesmo do campo de trabalho; II - Não comparecimento do preposto ou responsável técnico à reunião inicial prevista em contrato.	1% (um por cento) sobre o valor do contrato.
	b.4. Multa compensatória quanto às seguintes disposições previstas no Termo de Referência:	3% (três por cento) sobre o valor contratado ou sobre o serviço executado, conforme o caso.

	<p>I - Descumprimento injustificado relativamente aos critérios de sustentabilidade;</p> <p>II - Não cumprimento da garantia dos serviços executados na respectiva etapa.</p>	
GRAVE	<p>b.5. Multa compensatória, nos seguintes casos:</p> <p>I. danos à obra ou aos bens do TRE/PR, sem a recomposição da obra ou reposição do bem pertinente, em até 30 (trinta) dias após a notificação;</p> <p>II. inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas pela fiscalização para regularização dentro do prazo estabelecido;</p> <p>III. não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.</p>	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	<p>b.6. Abandono/cessação na execução da obra;</p>	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.
	<p>b.7. Recusa à execução dos serviços inerentes à garantia referente à solidez da obra;</p>	20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.
GRAVÍSSIMA	<p>b.8. Multa compensatória pelo inadimplemento total, que implique extinção contratual.</p>	30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato.

10.2.2.1. Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea b.2 e incisos do item 10.2.1, b. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

10.2.3. Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração

de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2023

.....
Representante Legal
p/Contratada

Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora-Geral – TRE/PR
p/Contratante

² Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.